

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

ATA Nº 033

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos fazer a abertura do nosso encontro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social com o SINTEP passando a palavra ao Presidente do SINTEP, companheiro Júlio César.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Bom-dia a todos e todas.

Quero inicialmente agradecer ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, Deputado Humberto Bosaipo, por possibilitar esta oportunidade de estarmos dialogando sobre a questão educacional.

Quero também cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, que envidou todos os esforços para que esta reunião entre o SINTEP e a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social pudesse estar ocorrendo.

Deputado, recebi da sua assessoria a sua Indicação ao Executivo para realização da Conferência Estadual de Educação. Procuraremos nos nossos meios dar mais ampla publicidade a isso, tendo em vista que é interesse de toda a sociedade.

Queria inicialmente passar a Vossa Excelência um mapa comparativo do resultado SAEB nos anos 2001 e 2003.

Infelizmente temos que fazer uma avaliação do resultado do trabalho da educação sempre no final do processo. E cada vez que constatamos resultado como este, nós temos muito a lamentar, porque, na verdade, por trás desse número, tem uma geração inteirinha de mato-grossenses que passaram pela escola, não só a escola pública, mas também pela escola privada, porque aí estão computados resultados das escolas públicas estadual e municipal e também das escolas privadas. E os resultados não são nada animadores do ponto de vista do futuro do nosso Estado, principalmente, considerando que nós vivemos um momento da história da humanidade onde o conhecimento é essencial para todos os processos, não só o processo produtivo, que visa os interesses econômicos, mas principalmente o processo social.

Nós podemos ver que na língua portuguesa, se considerarmos os alunos que estão em estágio muito crítico e crítico, nós temos mais de 60% dos alunos na 4ª série em estágios críticos e muito críticos. E mesmo que considerássemos o estágio intermediário como sendo já adequado, somado ao adequado, teríamos apenas 44% dos alunos com conhecimento. Mas, infelizmente, só 2,2% têm conhecimento adequado, são capazes de dominar, na 4ª série, aqueles recursos da linguagem necessários para a comunicação, para o entendimento das outras disciplinas, para o entendimento, inclusive, social.

No final da 8ª série, podemos até ficar otimistas, porque o intermediário cresceu fabulosamente, mas apenas 5,8% chegaram ao conhecimento adequado da língua portuguesa. E, ao final do 3º ano do Ensino Médio, apenas 3,7% têm conhecimento adequado de língua portuguesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

Aliás, se formos comparar, nos estágios da 8ª série e do Ensino Médio, nós tivemos um decréscimo nos níveis de conhecimento.

Na questão da matemática, que é essencial... A matemática é avaliada no SAED, porque ela é embaixadora de todo conhecimento tecnológico, de todo conhecimento científico, principalmente, porque é aí que desenvolvemos o raciocínio lógico para a compreensão científica. E nós vamos ver que os quadros são muito piores. Ao final da 8ª série, em 2003, apenas 1,2% dos alunos tinham conhecimento adequado de matemática.

Mais uma vez nós temos em torno de 60% ou mais de 60% dos alunos com conhecimento crítico e muito crítico. Aliás, no 3º ano do Ensino Médio, nós temos 72% dos alunos com conhecimento crítico e muito crítico. E mesmo que conseguíssemos ampliar a oferta de Ensino Superior em Mato Grosso, a ponto de absorver toda a população que conclui o Ensino Médio, nós ainda teríamos problema, porque esse aluno chegaria ao Ensino Superior sem o embasamento necessário para absorver, para poder construir o conhecimento nesse nível, nessa etapa do processo educacional.

Então, nós estamos muito preocupados com isso. E avaliamos que isso, infelizmente, é consequência. Isso é consequência no nosso entendimento, primeiro, de uma organização curricular, que tem como foco, hoje, a escolarização. Nós estamos gastando em torno de quatrocentos milhões de reais no sistema público estadual de Mato Grosso. Se nós acrescentarmos cerca de duzentos milhões, que é, mais ou menos, o que teriam as redes municipais, então, cerca de seiscentos milhões de reais todo ano nesse processo de escolarização. E se esse processo de escolarização não rende o conhecimento à aprendizagem, é um recurso tirado da sociedade, utilizado pela sociedade, totalmente inócuo. E a nossa nação, tendo em vista a escassez de recursos, não pode despender de tamanho recurso para um processo que não traga o resultado de alavancar o desenvolvimento, de alavancar mudança nas relações socioeconômicas desse País.

Então, o foco na escolaridade, o que significa? O que importa é o aluno passar, por exemplo, no Ensino Fundamental, oito anos na escola. Não temos como foco, nesses oito anos, a aprendizagem, assegurarmos que nesses oito anos, ao seu final, nós teríamos a aprendizagem. E esse foco na escolaridade, inclusive, tem orientado uma organização curricular que não tem como princípio máximo, não tem como objetivo a aprendizagem. A escola de fase, hoje, que é modelo do Estado, que tem se estendido aos municípios, é extremamente prejudicial a esse processo. Então, nós temos que rever a nossa organização curricular nesse sentido. Isso não quer dizer... Eu faço sempre ênfase em chamar esse processo de escola de fase e não de escola ciclada, porque não é esse processo o desenvolvido no Estado hoje, a escola ciclada, conforme concebida nos meios acadêmicos, nos meios educacionais, como processo de organização curricular. É claro que isso é resultado não só desse Governo. É resultado de uma política de Estado que vem se desenvolvendo há anos.

Não queiram com isso compreender que fazemos uma crítica explícita a esse Governo, mas sim ao processo que estamos vivendo. Também, isso é consequência de uma descontinuidade didática. Nós temos hoje cerca de 40% do quadro de profissionais da educação contratados temporariamente. Um ano ele está em uma escola, em uma disciplina; outro ano ele está na outra. E o processo educacional tem uma duração no Ensino Fundamental de, pelo menos, oito anos. Com essa descontinuidade, nós comprometemos a compreensão das dificuldades de aprendizagem em uma determinada comunidade, ou os avanços, e terminamos não rompendo com um processo que é contínuo. As mudanças, principalmente, impostas na organização, sem uma preparação do pessoal, também é outra coisa dentro desse campo da organização curricular.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

Uma outra questão, que nós apontamos como causa, é a gestão administrativa que nós temos do sistema educacional no Estado, não só no contexto estadual - quero deixar isso bastante explícito - mas também no sistema municipal.

Nós temos, hoje, um processo de gestão administrativa extremamente complexo e dificultador do desenvolvimento, muitas vezes, da atividade pedagógica. Há uma constante quebra das regras de alocação de pessoal, tanto nos municípios como no Estado. Nós vimos acumulando, desde 1987 até dois atrás, num processo de alocação de pessoal, que nós chamamos de atribuição de aula, e isso começou a ser rompido, trazendo sérias dificuldades nas escolas, porque essas quebras têm, inclusive, reduzido o quadro de pessoal que temos nas escolas. Nas redes municipais, isso é mais grave ainda.

Retardamento nos encaminhamentos dos processos administrativos - é outro problema sério enfrentado aí no âmbito da gestão educacional no Estado.

Dificuldade - essa tem aumentado - de uma interlocução entre a escola e os organismos centrais da educação. Por exemplo, na rede estadual, entre a escola e a SEDUC. Antes, no processo de organização histórica, nós tivemos primeiro as DRECs, depois transformaram em superintendência, que se transformaram em gerência e que, por sua vez, se transformaram em assessoria.

Nós não estamos aqui nos colocando contra o modelo de assessoria, mas contra a forma como tem sido dada a organização e a alocação do pessoal que hoje ocupa as assessorias.

No primeiro momento, as assessorias foram ocupadas por um quadro de pessoal que foi escolhido através de um processo seletivo, portanto, avaliou-se não só a competência técnica, mas também a competência política educacional dessas pessoas para ocuparem.

Neste último mandato - eu tenho aqui que lamentar, tornar isso público - na discussão que tivemos no primeiro encontro com esse Governo, o Subsecretário de Educação foi claro e objetivo no que ele disse sobre a alocação de pessoal para as assessorias: que o Governo não abdicaria de fazer política local. Portanto, as assessorias tornaram, infelizmente, espaços eleitoreiros, espaços que não estão sendo preenchidos por um quadro de pessoal que tem por finalidade resolver, organizar, dinamizar, no contexto local, a oferta educacional e a solução dos problemas que temos lá.

Há, com isso, uma ruptura, principalmente entre a relação escola/SEDUC. Aliás, nesses últimos tempos, o acesso da escola à Secretaria de Educação é cada vez mais difícil - o acesso de qualquer cidadão à Secretaria de Educação. Hoje, é mais difícil ter contato com qualquer uma das autoridades, tendo em vista os obstáculos que estabeleceram para que tenhamos acesso lá. Aliás, parece-me, hoje, mais fácil termos acesso ao Presidente da República, independente de quem seja ele, do que a escola ter acesso ao Superintendente da área educacional de currículo, por exemplo, o Superintendente Pedagógico da SEDUC.

Dentro disso, gostaríamos também de ressaltar a questão de política de pessoal; as constantes ameaças à carreira; um quadro de pessoal insuficiente, tendo em vista que os dois últimos concursos não repuseram ou não garantiram o quadro de pessoal necessário para a oferta educacional no Estado. Além disso tivemos, desde 2002, quando foi realizado o último concurso, um crescente número de aposentadorias que precisam ser repostas.

A questão da qualificação do pessoal...

(O DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR JÚLIO CÉSAR VIANA - Não. Eu estou falando do geral.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

Esse quadro de pessoal insuficiente também se estende às redes municipais, em que, na grande maioria, temos quadro de pessoal interino, tendo em vista que os municípios não realizam concursos há muito tempo também.

Quanto à questão da qualificação de pessoal, nós temos que fazer mudanças e transformações na organização pedagógica. A maioria do quadro de pessoal que nós temos hoje foi habilitado, foi formado, foi qualificado para exercer sua profissão numa dinâmica da seriação que, no entendimento de muitos educadores, já é uma dinâmica superada. Então, precisamos investir na formação e qualificar quadro, para que possamos modernizar a nossa intervenção no processo didático-pedagógico principalmente.

Salários defasados. Parece que a repetição disso nos torna até indiferentes, porque há um desgaste nesse discurso dos salários defasados, mas não podemos deixar de trazer sempre à realidade esse fato, porque se formos avaliar entre o quadro de pessoal, formação de nível superior, não só na rede estadual, como nas redes municipais, os profissionais da educação recebem salários em torno de um terço em relação aos profissionais de outras carreiras. Aliás, em muitos municípios o que tenho observado ao analisar os Planos de Cargos e Salários é que o salário pago aos técnicos de nível médio em diversas carreiras é o dobro do salário pago ao profissional da Educação com formação de nível superior.

Preocupa-nos muito aquilo que tem sido noticiado, principalmente em relação à conclusão do grupo de trabalho durante cento e oitenta dias ...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (FORA DO MICROFONE) - Precisariamos dessa informação.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Vamos estar nos encaminhamentos trazendo propostas neste sentido, Deputado.

Nessa questão, preocupa-nos inclusive aquilo que tem sido veiculado nos meios de comunicação, tendo em vista que não tivemos acesso ao relatório final do grupo de trabalho que foi constituído entre a Secretaria de Educação e diversas outras instituições.

O que temos de informação é aquilo que tem sido divulgado nos meios de comunicação. A proposta de recomposição apresentada e divulgada nos meios de comunicação significará um arrocho e um aprofundamento dessa defasagem salarial. Se aquela proposta vigorar, teríamos a cada três anos a exclusão da recomposição salarial equivalente a um ano de inflação. Então, vamos estar aprofundando ao longo de uma carreira que dura trinta anos. Vamos ter um aprofundamento. Provavelmente quando chegarmos ao final da carreira o salário valerá a metade, terá sido corroído por esta exclusão de parte da inflação na recomposição salarial que foi concluída naquele grupo de trabalho, pelo menos, no que está divulgado nos meios de comunicação.

Outros aspectos, é importante avaliarmos.

Gostaria até de sugerir à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social e aos Deputados em geral que neste momento visitassem uma escola e conversassem com os professores. Vão observar um profundo desequilíbrio emocional no quadro de pessoal, principalmente quando chega este momento, quando estamos concluindo o ano letivo, em que as frustrações são múltiplas: a frustração pelo resultado do trabalho, pelas questões de aprendizagem; a frustração pelo desgaste físico, mental e intelectual; e a frustração, principalmente, de ver diversas ameaças sobre essas condições de trabalho, mesmo precárias, mas ameaças de precarização ainda maior.

Eu sugiro que os Deputados fizessem essa constatação *in loco* em qualquer escola. Não precisa ir muito longe, não! Aqui próximo da Assembléia nós temos escola. Então, que visitassem e conversassem com os educadores para saber qual é o seu sentimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

Essa realidade de frustração desestimula os profissionais de educação e tem levado a uma situação de indiferença. Essa indiferença foi amplamente constatada naquele estudo realizado pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB, cujo nome técnico é *Bournout*. Essa indiferença é talvez um dos grandes obstáculos que nós temos para mudar esse quadro, porque a quebra dessa indiferença significa recuperarmos a auto-estima desse profissional, dar a ele esperança de que é possível ainda com o que lhe resta de carreira garantir dignidade para ele, do ponto de vista profissional, e principalmente garantir que seu processo de trabalho resulte também num processo satisfatório, do ponto de vista da aprendizagem e dos resultados dos indicadores educacionais.

Nós gostaríamos de trazer a esta Comissão uma proposta. Nós não queremos e não somos o dono da verdade, partilhamos uma parte da verdade. Tem até nessa verdade constatada por nós as possíveis distorções do corporativismo, do qual nós não podemos abdicar, porque senão nós perderemos, como sindicato, a nossa finalidade. Mas nós também não podemos deixar de olhar para esta realidade, do ponto de vista do cidadão, do ponto de vista, meu caso, por exemplo, do pai que neste momento tem três filhos nessa escola pública, que está gerando esse fato.

Então, nós temos essas contradições e por isso talvez a nossa verdade não seja tão pura. E para que possamos ver outras verdades, outros enfoques, nós gostaríamos de propor que a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Educação, criasse um fórum de debate sobre esse problema grave que a sociedade está vivendo hoje, que são os resultados educacionais. Que nesse fórum de debate nós trouxéssemos aqui as universidades, tanto as públicas como as privadas, os institutos de pesquisas, como o INEP, como o IPEA ou outros institutos, mesmo que estejam instalados fora da área pública, para que pudessem trazer as suas contribuições. O INEP talvez, hoje, seja um dos grandes sistematizadores desse problema, tendo em vista o seu foco de estudo dentro do Ministério da Educação.

Se trouxéssemos aqui, eu sugeriria até para entendermos essa questão do equilíbrio psíquico e emocional dos profissionais da educação, o Laboratório de Pesquisa do Trabalho, lá da Universidade de Brasília, da UNB, em particular, se possível, o Dr. Vanderlei Couto, que é uma das maiores autoridades nessa área no mundo, para que possamos estar aqui nos apropriando de enfoques e de propostas que pudessem contribuir na sistematização, na tirada de encaminhamentos, melhor dizendo, que pudessem nos ajudar a superar esse quadro que está colocado hoje.

Penso que isso não é concorrente com a Conferência Estadual de Educação, que vai definir um Plano Nacional de Educação. Oportunizaria a toda sociedade participar desse fórum de debate, o próprio Poder Público, não só a Assembléia Legislativa, mas o Poder Executivo e o próprio Poder Judiciário, que também tem responsabilidade nisso, principalmente através do Ministério Público, na garantia de uma educação de qualidade a partir daquilo que for definido no Plano Nacional de Educação, que é uma lei federal.

Então, eu acho que tem diversos aspectos que precisam ser enfocados. Não só o aspecto pedagógico, mas o aspecto psicológico do profissional da educação, o aspecto jurídico. E nós gostaríamos de propor esse Fórum de Debates. Entendemos que esse Fórum de Debates também não pode ser algo ali gerado, que a gente vem aqui, tem um encontro, alguém faz uma palestra de um dia. Nós propomos que ele seja um Fórum contínuo, que tenhamos aqui uma agenda, onde a cada período possamos ter uma dessas autoridades nas áreas de educação com quem pudssemos estabelecer um diálogo, uma interlocução, que favorecesse na fundamentação, não só do Parlamentar para que ele possa, dentro daquela que são suas obrigações institucionais em Mato Grosso, contribuir na formulação da política educacional de Mato Grosso, tomar suas decisões na hora de votar em plenário, na legislação, que tem sido encaminhada pelo Governo do Estado. Nossa preocupação, neste momento, é essa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

Para finalizar, eu gostaria de solicitar à Comissão que fosse encaminhado ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, ou melhor, que fosse dada publicidade a toda sociedade das conclusões do grupo de estudo. Um dos princípios fundamentais na democracia brasileira é o da publicidade. E nós entendemos que seria extremamente importante essa publicidade, até para que outros setores sociais pudessem estar avaliando e tirando suas conclusões daquilo que foi avaliado, daquilo que foi estudado, daquilo que foi encaminhado no grupo de trabalho que, durante 180 dias, estive aí avaliando diversos aspectos educacionais.

Era essa a nossa contribuição e gostaríamos de nos colocar à disposição, caso seja acolhida a nossa proposta para a organização da escola do debate, nos colocar à disposição para contribuir materialmente e intelectualmente para que ela possa acontecer e, inclusive, nos disponibilizando a buscar junto a esses organismos que podem trazer a sua contribuição aqui, motivá-los a participar e a oferecer o melhor deles também para que possamos nos apropriar aqui.

É essa a nossa contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço as contribuições do Presidente do SINTEP e a Comissão acata as propostas.

A criação de um fórum para se discutir a criação de resultados educacionais em Mato Grosso é uma necessidade, é urgente. Eu acho que nós já deveríamos ter feito isso, neste ano, na Comissão de Educação, mas o período eleitoral nos atrapalhou bastante. Nós tínhamos uma agenda ampliada, de forma, Presidente, que eu vou procurar traduzir para a Comissão as propostas, as avaliações que pude perceber aqui e que os membros e os Deputado que estão aqui também puderam perceber.

Em relação ao resultado do grupo de trabalho, eu entreguei uma cópia do resultado para a Deputada Verinha Araújo, e eu gostaria - isso já faz algum tempo - que ela, oficialmente pela Comissão, passasse ao SINTEP.

Também, nós teremos, no dia 09 de dezembro próximo... Foram apresentadas três alternativas para que o Governador pudesse, dentro daquele grupo de trabalho, decidir por uma proposta. Então, nós estamos convocados para o dia 09 de dezembro, no Palácio Paiaguás, para que possamos conhecer essa proposta governamental. No dia 09 mesmo, eu gostaria de estar passando isso às mãos do Presidente do SINTEP. O horário ainda não foi confirmado, mas, possivelmente, deverá ser às 14:00 horas, no final da tarde. O Salvador passa, então, para as mãos do Júlio a proposta que vamos receber do Palácio.

Eu gostaria de abrir a palavra aos participantes da Mesa, aos Deputado, à Deputada.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu acho que depois, na Comissão, Deputado Humberto Bosaipo, acatando essa proposta do Sindicato com relação ao Fórum, já traçássemos um cronograma de trabalho - eu acho que este ano fica difícil, em função do calendário - que antecedesse... Vai haver uma Conferência Nacional, inclusive da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e acho interessante que a nossa Comissão fizesse uma interface com a Comissão Nacional. Parece-me que ficou indicado para abril.

Então, uma proposta que eu faço, acatando a proposta do SINTEP, seria a de traçar, aqui, um cronograma de fóruns regionais - acho que seria mais interessante - para ouvirmos as diversas regiões do Estado, que culminasse num fórum estadual, que inclusive antecedesse esse da Comissão Nacional, porque aí teríamos subsídio dos regionais, o nosso sintetizando os encontros regionais e depois o da Comissão Nacional para integrar e levar os nossos dados e nossas informações.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

Com relação à segunda proposta também acatada por Vossa Excelência de, assim que o Governador apresentar a sua proposta, que pudéssemos, não só repassar, mas também já ter uma reunião, uma outra reunião, com o SINTEP, porque me parece que o SINTEP tem um conselho agora neste final de semana, e já vai ter toda uma avaliação de conjuntura, e aí nós deveríamos estar avaliando, dependendo da proposta do Governador, se a proposta vem para a Assembléia Legislativa, se vai ser votada este ano... Eu acho importante que ouvíssemos posteriormente, também, a categoria sobre suas proposições.

Eram essas as duas questões que eu proponho.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu acho que a agenda contínua, sugerida também pelo Presidente do SINTEP é muito importante para que não tenhamos discussões isoladas. Então, é uma proposta extremamente interessante, porque ela independe dos fóruns, dos encontros e de qualquer arregimentação nossa nesse sentido.

Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência deve ser a presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social do próximo ano, pelo menos é o acordo que temos...

Eu gostaria de continuar participando da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, porque acho que nós começamos um trabalho neste ano, apesar de não ter sido um trabalho contínuo, mas foi um trabalho importante em relação a essa Comissão. Que nós possamos já a partir... Inclusive vamos estar em outra sede, onde o espaço de debates... Vamos ter quatro auditórios. Vamos ter um espaço maior para estar debatendo, professor, concomitantemente esses assuntos. Inclusive uma reunião como esta doravante será transmitida ao vivo pela Tv Assembléia que vai para o satélite a partir do próximo ano. Todo o Estado de Mato Grosso praticamente vai poder assistir um debate como este, um Fórum Estadual de Educação, uma palestra e assim sucessivamente.

Então, eu sugiro que Vossa Excelência já comece organizando esse trabalho. De qualquer forma, se por um motivo ou outro Vossa Excelência não for a Presidente, será com o meu voto, porque já tenho esse compromisso com Vossa Excelência. Gostaria que Vossa Excelência já pudesse ir formulando esse calendário de atuação.

Deputados Zé Carlos do Pátio e Ságuas, querem usar a palavra? (PAUSA). Não.

Então, agradecemos e nos colocamos à disposição. Informando ao Presidente do SINTEP que no dia 09, assim que recebermos a proposta, ou Luiz Henrique ou Salvador passarão ao SINTEP, porque eles vão estar conosco de imediato com a cópia dessa proposta. E se Vossa Senhoria quiser fazer alguma reunião com a Comissão logo em seguida, ou um debate, estaremos à sua disposição. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 11:00
HORAS.

- Nilzalina Couto Marques da Silva;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.